



Anais da Assembleia

Nº 86

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1976

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência aos Projetos de Lei números 82/75, 119/75 e 204/76, em tramitação nesta Casa, que criam os Distritos Administrativos de Rio do Salto, Juvínópolis e Lindoeste, no Município de Cascavel, respectivamente.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1976.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido nos trabalhos da Ata de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Sr. SALVADOR HIDALGO GRECO, ex-Prefeito Municipal e ex-Presidente da Aliança Renovadora Nacional, grande companheiro de várias lutas políticas.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se digne oficialar a S. Exa. o Sr. Secretário Osiris Stenghel Guimarães, para que informe ao subscritor deste, informando sobre a exata situação do projeto da estrada asfáltica que deverá unir Campo Mourão - Goioerê - BR-272.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná, solicitando urgentes providências para a segurança dos candidatos a Prefeitos e Vereadores, da cidade de Janiópolis, tendo em vista as últimas atitudes do Prefeito Municipal daquela cidade e inércia dos elementos na Delegacia de Polícia daquela cidade.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1976.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário, e na forma do Regimento Interno, REQUER seja dirigido ao povo do Paraná, apelo pela maior proteção aos recursos naturais renováveis no Estado:

O estabelecido no II Plano de Desenvolvimento. . . (II PND) é de que o País precisa defender sistemática e programaticamente o seu patrimônio de recursos naturais, cuja preservação faz parte do desenvolvimento.

A preocupação com a defesa do meio ambiente, pode ser tida primordialmente como uma preocupação do presente, projetando-se para o futuro, tentando cada vez mais a institucionalizar-se como uma prioridade universal. Todos os países tomam consciência de sua importância e o discutem com muita atenção. Se alguma divergência existe não é sobre a necessidade de sua proteção, mas unicamente sobre o método de a ela chegar.

O meio ambiente é um fundamento para a formação de cultura e está intimamente ligado à qualidade de vida do grupo humano que nele se instala; é a base física da sociedade formada, que interreage com os fenômenos que nele ocorrem, sendo seu dever preservar os elementos fundamentais da natureza com os quais o homem evolui e se engrandece.

É um fator altamente positivo a criação de uma consciência ecológica oposta à dilapidação ou ao mau uso dos recursos naturais. Verifica-se dois níveis distintos de poluição: a poluição industrial e a poluição como produto da miséria e da carência de recursos tecnológicos e científicos.

O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de se desenvolver intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da espécie humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da ciência e da tecnologia, conquistou o poder de transformar, de inúmeras maneiras, e em escala sem precedentes, o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem, é o meio ambiente essencial para o bem estar e para o gozo dos direitos humanos fundamentais,

até mesmo o direito à própria vida.

Em nossos dias, a capacidade do homem de transformar o mundo que o cerca, se usada de modo adequado, pode dar a todos os benefícios do desenvolvimento e o ensejo de aprimorar a qualidade da vida. Aplicada errada ou inconsideradamente, tal faculdade pode causar danos incalculáveis aos seres humanos e ao seu meio. Para chegar à liberdade no mundo da natureza, o homem deve usar seu conhecimento para, com ele colaborando, criar um mundo melhor.

Nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais são causados, na maioria, pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas vivem muito abaixo dos níveis mínimos necessários a uma vida humana decente, sem alimentos e vestuários adequados, abrigo e educação, saúde e saneamento. Por conseguinte devemos dirigir nossos esforços para o desenvolvimento, conscientes de nossas prioridades e tendo em mente a premência de proteger e melhorar o meio ambiente.

No caso de nosso Estado, vivemos dentro das possibilidades de aproveitarmos, com a necessária análise crítica, a experiência dos que já atingiram estágio superior no processo de desenvolvimento. E o planejamento constitui instrumento adequado para conciliar o conflito inevitável entre as exigências sempre crescentes do desenvolvimento de nossa sociedade e as necessidades de preservação do meio, para a melhoria da qualidade da vida. Em todo o Estado, a ecologia por sua importância básica, deve ser considerada como um dos seus objetivos.

Vivemos na grande região meridional brasileira, constituída de cerca de 500.000 km², abrangendo o planalto sul, que já teve 80 por cento de sua área recoberta de densa floresta. Com o tempo, a implantação das lavouras de subsistência, as atividades extrativas vegetais e minerais e as culturas extensivas para a exportação provocaram o desaparecimento de matas, a erosão das terras e o assoreamento dos rios. A mata atlântica não resistiu ao machado e ao fogo.

Nessas áreas da natureza empobrecida desenvolveu-se uma população que, sem capacidade de amoldar ao meio às suas conveniências, deu origem a uma condição de vida pobre e atrasada. Elevado é o analfabetismo, a par de altas condições de endemecidade das doenças pelas baixas condições de saneamento. Tudo isso emoldura o quadro do subdesenvolvimento e do atraso conhecido como a "poluição da pobreza" que domina extensa faixa do território do Estado.

No que se refere à poluição da água, a complexidade de seu controle depende do estágio de desenvolvimento das diversas áreas. Sustar esse processo, suprimindo a ação deterioradora e predatória nesse setor da natureza é um sério problema. Outros poluentes como, por exemplo, metais pesados e inseticidas clorados progressivamente vão-se concentrando no decorrer da cadeia alimentar. O grave nesse tipo de envenenamento, é que ele é lento, crônico, as pessoas só dele se apercebem em estágios avançados. Essa é outra razão por que a poluição da água constitui uma séria ameaça para o homem.

Outro tipo importante de poluição é do solo, com sua consequente degradação. Geralmente está ligada ao desmatamento ao uso inadequado, ao efeito de produtos químicos e ao despejo de resíduos ou dejetos. O solo é um meio complexo, em constante transformação. Tem seu metabolismo próprio: leis próprias que governam sua formação, evolução e destruição. O desmatamento é o primeiro passo da destruição do equilíbrio e consequente degradação dos solos. Há também problemas causados pelo uso de pesticidas persistentes. É de se mencionar ainda o excesso de pastoreio determinante do empobrecimento das pastagens. Outro fator importante são as práticas agrícolas mal concebidas, entre elas a monocultura e o esgotamento da fauna tem sido tal que nos aproximamos de sua total extinção.

Vivemos uma época de ainda cabíveis medidas preventivas as correções serão futuramente muito mais difíceis (se não im-

possíveis) e dispendiosas.

Em 1980 seremos 120 milhões de habitantes no Brasil; 80 milhões nas cidades e 40 milhões nas áreas rurais. A concentração populacional vai agravar o problema da conservação do meio ambiente nas cidades. E o processo industrial gera, necessariamente, rejeitos, por vezes perniciosos, focos de poluição que degradam o meio e se convertem em motivo de preocupação.

Desde que assumi a Presidência deste Poder venho tentando alertar por todos os meios a gente paranaense dos perigos da degradação do meio ambiente. Todos nós devemos conscientizar das necessidades da preservação e conservação do ambiente em nosso próprio benefício e principalmente no das gerações vindouras por cujos destinos somos responsáveis diretos. Repito — os recursos naturais não são inesgotáveis, pelo que devem ser explorados dentro dos limites recomendados pela prudência e pelo bom senso.

Minimizemos os impactos sobre o meio ambiente, salvando-o como a nós mesmos.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

À semana passada subimos a esta tribuna para oferecer aos lícitos representantes do povo deste Estado, nossos diletos pares nesta Casa, um requerimento solicitando informações sobre o comportamento dos poderes constituídos do Estado, sobre uma nota divulgada na imprensa, que dava conta de uma representação arguindo a inconstitucionalidade de preceito de nossa Carta Magna.

Realmente, houve a incorporação do mesmo pensamento, de todos os parlamentares, para que aquele expediente fosse encaminhado ao magistrado excelso do Poder Executivo.

Hoje, roborando aquele mesmo pensamento, queremos encaminhar à Mesa um requerimento, às nossas representações na Câmara Federal e no Senado da República, para nossos consortes parlamentares. A redação é a seguinte. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Ministro NEY BRAGA; Senadores ACCIOLY FILHO, MATTOS LEÃO e LEITE CHAVES, bem como aos Exmos. Srs. Deputados Federais Paranaenses da ARENA e do MDB, dando-lhes ciência de que a imprensa local divulgou, no dia 3 do corrente mês, que o Procurador Geral da República, Professor HENRIQUE FONSECA DE ARAÚJO, atendendo pedido do

Ministério da Justiça, submeteu, na data anterior à notícia, ao Supremo Tribunal Federal, representação arguindo a inconstitucionalidade do inciso II do artigo 70 da Constituição do Estado do Paraná, que concede gratificação adicional por tempo de serviço ao funcionário público estadual, pois, esta norma teria violado o artigo 13, inciso V, da Constituição do Brasil; e solicitando providências no sentido da preservação de nossa Constituição Estadual e em defesa dos servidores estaduais, eis que o referido benefício concedendo-lhes esse acréscimo de vencimentos já vem sendo pago há mais de 1/4 de século, em razão de dispositivos similares ao que se pretende impugnar.

Sala das Sessões em 06 de agosto de 1976".

JUSTIFICATIVA:

Conforme já frisamos em requerimento já aprovado em

plenário, nosso Estado e seus servidores públicos, com inusitada surpresa, depararam com esta informação distribuída por conceituada agência de notícia:

"O Procurador Geral da República, Professor Henrique Fonseca de Araújo, atendendo pedido do Ministério da Justiça, submeteu ao Supremo Tribunal Federal uma representação, na qual arguiu a inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70 da Constituição do Estado do Paraná, que dá ao Funcionário Público Estadual, quando completa 35 anos de serviço, um adicional de 50 por cento. O Procurador Geral da República sustentou que a norma da Constituição Paranaense violou o artigo 13, inciso V, da Constituição, que dá aos servidores da União, uma remuneração superior a dos Estados".

O artigo 70 da Carta Magna Estadual em vigor (Emenda Constitucional número 3), dispõe:

"Art. 70 — O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento, até completar vinte e cinco por cento;

II — ao completar trinta anos de exercício, cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

§ 1º — A incorporação dos acréscimos será imediata, inclusive para efeito de aposentadoria, e será computada igualmente sobre as alterações dos vencimentos.

§ 2º — São reconhecidas as mesmas vantagens aos integrantes das corporações militares".

Por outro lado, a norma da Constituição do Brasil que teria sido violada, é a seguinte:

"Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão, pelas Constituições e Leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

I —

II —

III —

IV —

V — As normas relativas aos funcionários públicos, inclusive a ampliação, aos servidores estaduais e municipais, dos limites máximos de remuneração estabelecidos em lei federal;

VI —

Ocorre, que o texto do inciso II, do artigo 70, da Emenda Constitucional número 3, do Estado do Paraná, nada mais é do que a simples repetição de dispositivos similares que já constaram do inciso II do artigo 152 da Constituição de 12 de julho de 1947, e do inciso II do artigo 67 da Carta de 08 de maio de 1967, consagrando, assim, uma norma que vem sendo mantida há mais de 25 anos e que agora está sendo ameaçada de ser declarada inconstitucional.

Desde que o inciso V, do artigo 13, da Constituição do Brasil não estabelece a forma do pagamento de adicionais, não entendemos "data venia", como pode servir de base para a notícia da representação, tomando-se em conta que a lei federal que estabelece normas sobre a remuneração, salvo aquelas que dizem respeito à nova reclassificação, ainda não aplicada em nosso Estado, também foi promulgada há aproximadamente 1/4 de século, mais precisamente em 28 de outubro de 1952, e trata-se do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, ainda vigente em nossos dias (Lei 1.711/75).

Não entendemos, também, porque foi escolhido o inciso II do artigo 70 da Constituição do Paraná para ser declarado inconstitucional sob o ponto de vista de "exceder o limite de remuneração previsto em lei federal", pois, nos demais Estados são adotadas as seguintes normas:

ACRE: — O inciso VII do artigo 91 de sua Constituição estabelece a concessão da 6ª parte dos vencimentos integrais,

após 25 anos de efetivo exercício do servidor.

AMAZONAS: — O artigo 73 de sua Constituição (Emenda Constitucional número 1), prevê a gratificação adicional à razão de 5 por cento por quinquênio de efetivo exercício, até sete (07), o que virá totalizar 35 por cento.

MATO GROSSO: — O inciso XII do artigo 121 da Emenda Constitucional número 1, prevê o pagamento de adicionais até o limite de 50 por cento.

RIO GRANDE DO NORTE: — A Emenda Constitucional número 4, em seu artigo 103, inciso VII, determina o pagamento de adicionais limitados em sete (07) quinquênios.

SÃO PAULO: — A Constituição vigente assegura aos seus servidores, além da percepção de quinquênios, também a incorporação da sexta parte dos mencionados vencimentos integrais — artigo 92, inciso VIII.

SERGIPE: — O artigo 103 de sua Carta Magna estabelece o direito à uma gratificação adicional por tempo de serviço, correspondente a 1/3 dos vencimentos.

Convém salientar que as Constituições dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, São Paulo, Alagoas, Minas Gerais, Goiás, Ceará e Bahia, estabelecem o pagamento de adicionais, mas não fazem constar em seu bojo o limite máximo da soma desses acréscimos de vencimentos, o que nos faz crer que, em muitos deles, através de lei ordinária, permitem que essa vantagem ultrapasse a casa dos 25 por cento.

A título de ilustração, podemos afirmar que, se prevalecer a tese abordada pela douta Procuradoria Geral da República, também a magistratura de vários Estados, entre os quais além do Paraná, podemos citar São Paulo e Mato Grosso, sofrerá o corte dessa vantagem

A defesa da integridade da nossa Constituição Estadual, nesse particular, deve ser pleiteada por todos os paranaenses.

A defesa dos funcionários públicos estaduais deve ser procedida através dos representantes de nosso Estado, sem levar-se em consideração o partido político a que pertencem ou a função que estão exercendo;

Lembramos que em 1967, uma voz do Paraná foi ouvida no Congresso Nacional em favor dos funcionários públicos, oportunidade em que, na forma do § 1º do artigo 177 da Constituição de 24 de janeiro de 1967, surgiu a conhecida "Emenda Accioly Filho", assegurando até 15 de março de 1968 o direito à aposentadoria na forma da legislação anterior".

Aqui abrimos um parêntesis, para louvar a atitude do Governo do Estado de Minas Gerais, o único da Federação, segundo temos notícia, que, em reconhecimento ao direito adquirido de seus funcionários, adotou, em norma contida no artigo 222 de sua Constituição, regulamentado pela Lei Estadual número 5.140, de 13 de dezembro de 1968, contagem proporcional de 1/30 (um trinta avos) para o tempo contado antes de 13 de maio de 1967, e 1/35 (um trinta e cinco avos) para o tempo contado após aquela data, para efeito de aposentadoria.

Acrescente-se que esta norma está em estudos para ser adotada em São Paulo e dentro de muito breve trataremos desse assunto em plenário para que sua adoção no Estado do Paraná, seja avocada pelo governo, como medida de inquestionável equidade.

(Continua lendo): "Como vamos pretender que nossos funcionários apresentem tranqüilidade sob essa ameaça?

Para finalizarmos, trazemos à lembrança um episódio ocorrido há poucos anos em relação ao nosso Estado, que poderá justificar nossa tomada de posição: O Exmo. Sr. Ministro

Presidente do Supremo Tribunal Federal, em despacho fundamentado, usando das prerrogativas contidas no artigo 275 do Regimento Interno daquele Excelso Pretório, houve por bem suspender a execução de liminar concedida pelo nosso Egrégio Tribunal de Justiça, que havia impedido a vigência da Emenda Constitucional número 3, para evitar grave lesão à ordem ou segurança pública.

Sob esse aspecto, o que se vislumbra no presente momento? Servidores Públicos do Paraná e de outros Estados da Federação, inclusive magistrados e inativos, na expectativa de perder vantagem remuneratória que vem sendo percebida há mais de 25 anos, sem saber a que ponto poderão ser atingidos pelos efeitos da medida que teria sido tomada em relação ao dispositivo contido no inciso II do artigo 70, da Constituição do Paraná, a qual, se realmente efetivada, inevitavelmente estender-se-á às normas constitucionais especificadas no início desta explanação e também às leis ordinárias dos demais Estados que atribuem idênticas vantagens a seus funcionários.

O assunto, portanto, não é só do interesse do Paraná e poderá envolver grave lesão à ordem, pois, dado o longo tempo decorrido na concessão desses acréscimos de vencimentos, esse direito já se incorporou, não só por repetidas normas legais emanadas das autoridades e legisladores competentes, mas também pelo uso e costume, sendo que a anunciada representação está causando um mal estar geral que poderá gerar irreparáveis transtornos tanto de ordem social, como econômica.

Daí a razão de nosso apelo aos representantes do povo do Paraná, inclusive aos nossos pares nesta Casa de Leis, para que socorramos nossa Constituição e façamos voltar a tranqüilidade aos lares dos servidores públicos do Estado, buscando, igualmente, JUSTIÇA”.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos na sexta-feira próxima passada, a visita de S. Exa. o Sr. Presidente da República, trazendo ao Paraná, vantagens ao seu povo, esperança à sua gente.

Quando, euforicamente tínhamos a notícia de que não existe no Paraná nenhum município sem telefone, quando vemos S. Exa. o Sr. Presidente da República vir a nosso Estado, à nossa Capital, trazendo a esperança de fé e tranqüilidade, principalmente de progresso, quando vimos o nosso abalizado Presidente de nossa agremiação garantindo a S. Exa. o Sr. Presidente da República e a S. Exa. o dinâmico trabalhador, Governador Jayme Canet Junior, dizendo que a ARENA vencerá as eleições no Paraná com 70 por cento numa margem tranqüila, nós queremos também, por, neste rol, o nosso Norte Pioneiro, discordando ligeiramente do Presidente, porque na Região do Norte Pioneiro, os homens de boa vontade olham tranqüilamente para este mar de tranqüilidade que é o nosso Brasil.

Dissemos a S. Exa. o Dr. Afonso Alves de Camargo Netto, nosso Presidente, que no Norte Pioneiro a ARENA haverá de ganhar com 80 a 90 por cento. Queremos, neste instante, trazer mais um candidato que será lançado pela nossa agremiação em Wenceslau Braz. Este homem de tirocínio administrativo, este homem dinâmico que goza da confiança daquele povo é o ex-Presidente José da Silva Reis, que será lançado pela ARENA 2 em Wenceslau Braz e há de ter uma votação maciça daquele povo, porque José da Silva Reis, um homem que já foi Prefeito em Wenceslau Braz, goza de um conceito extraordinário no seio daquele Município, no seio de seus moradores e principalmente no seio da classe humilde que moureja por aquelas plagas.

Queremos dizer presente e haveremos de vir aqui após as eleições de novembro deste ano para dizer a S. Exa. o nosso

Presidente Regional da ARENA Paranaense, para dizer ao nosso Governador do Estado, que no Norte Pioneiro a ARENA há de dizer presente a S. Exa. o Sr. Presidente da República, dizer presente a S. Exa. o Governador do Interior Jayme Canet Júnior, e para dizer presente àquele moço que está conduzindo nossa agremiação duma maneira tranqüila, serena e compatível com as aspirações de nosso povo.

Hoje, trazemos aqui o lançamento do nome de José da Silva Reis, pela ARENA 2, de Wenceslau Braz, e haveremos de trazer o nome de todos os arenistas da nossa região para dizermos presente em 15 de novembro e numa afirmação compatível com o nosso povo haveremos de fazer com que de 80 a 90 por cento das prefeituras de nossa terra, essas Prefeituras que hão de ter uma safra de Prefeitos bons, Prefeitos que hão de suceder a Prefeitos bons, Prefeitos que não querem outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente.

Por isso encaminhamos daqui desta tribuna uma afirmativa que esperamos ser assertiva, porque sabemos perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) A Presidência comunica a V. Exa. que o tempo está esgotado e concede mais um minuto para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado a V. Exa.

Sabemos perfeitamente que futebol é bola na rede e política é voto na urna. Então, haveremos de dar uma demonstração de solidariedade para quem está olhando pela nossa terra, para aquela terra muitas vezes desprotegida mas, hoje, olhada de frente pelos dirigentes de nosso Paraná.

Saibam Srs. Deputados, saiba Sr. Presidente, que não estamos falando em vão. Haveremos de vir aqui desta mesma tribuna, após as eleições, para fazermos um quadro comparativo, para que se diga que o povo da ARENA, que os homens arenistas do Paraná fazem as coisas de acordo com sua consciência fazem as coisas sem blefar, fazem as coisas dentro do complexo de um povo bom que é o povo do Paraná.

E é porisso que em Wenceslau Braz o povo bom do Norte Pioneiro, há de ter na sua Prefeitura o Sr. José da Silva Reis, divergindo muitas vezes do atual Prefeito, mas não divergindo da cúpula arenista, não divergindo de S. Exa. o Sr. Governador do Estado e seguindo a orientação do nosso Presidente Afonso Alves de Camargo Netto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados, e quero deixar aqui uma afirmativa, que podem tomar nota: a 20 de novembro haveremos de vir aqui para fazermos este quadro comparativo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, por cinco minutos que restam, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como responsável pelo meu Partido, pela movimentação das convenções municipais da região norte pioneira do Paraná, partindo, inclusive, da cidade de Jaguariaíva, para conhecimento da Casa e dos Srs. Deputados, quero afirmar nesta oportunidade que meu Partido já procedeu convenções em 12 municípios, e em todos eles, lançou candidatos a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Para Prefeitos Municipais, lançamos em Jaguariaíva, 3 candidatos; em Arapoti, 2, em Wenceslau Braz, 2, em Pinhalão, 2, em Joaquim Távora 3, em Carlópolis 3, em Abatiá 3, em Conselheiro Mayrink 3, em Jacarezinho 3, em Japira 3, em Ribeirão do Pinhal 3, em Siqueira Campos 3. Restando, portanto, na região, 9 municípios que serão convencionados no próximo domingo, dia 15, oportunidade em que o Movimento Democrático Brasileiro, pela primeira vez nestes 10 anos de existência, terá candidatos em todos os municípios daquela região — e que não digam aqui que é demagogia — o meu partido vencerá

as eleições tranqüilamente na região Norte e Sudoeste do Paraná. Era simplesmente isso, Sr. Presidente, para dar conhecimento à Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra, por três minutos, ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos a tribuna para fazermos dois requerimentos: — Um dirigido a S. Exa. o Sr. Secretário Osires Stenghel Guimarães, para que informe a este Deputado, através desta Casa, sobre a situação que se encontra a estrada asfáltica que deverá ligar Campo Mourão a Goioerê. Outro ofício, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós dirigimos a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, também já lançamos candidatos do meu partido na minha região, por quem estamos lutando e haveremos de lutar para desmanchar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta falsa paz que existe na nossa região do nosso Estado.

Não vim nomeá-lo, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Vim pedir ao Governo deste Estado, através de S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, que não tem outra missão senão aquela de devolver, de dar e de garantir, a paz social neste Estado tão vilipendiado, tão judiado, tão massacrado.

Defende o Partido do Governo esta falsa democracia, Sr. Presidente, através dos assessores do Governo deste País, e deste Estado. Mas, está lá em Janiópolis, Sr. Presidente, Srs. Deputados ocupando ainda, para nossa vergonha, para nossa tristeza, a Prefeitura Municipal, o Sr. Alfeu Teodoro, do Partido do Governo, que há poucos dias, recebia de S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social solicitação para fechar uma cocheira no centro da cidade e não fechou. Que há poucos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, arrombava, destruía o nosso dinheiro, nosso sacrifício, quando destruía uma estrada federal, para que seu gado passasse.

As providências não foram tomadas, o Governo através de seus assessores, diligenciou, deu asas e, agora, com tristeza que venho a esta tribuna para dizer que ele bateu num candidato a Vereador do MDB, Sr. Pedrinho, dizendo que naquele ele bateria e o restante ele mataria, ameaçando o meu candidato a Prefeito, Antonio Dandi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu ofício, o meu pedido, representa aquele povo e só tem um sentido: Queremos paz, queremos respeito, como temos respeitado o Partido do Governo. Não queremos só respeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas muito mais do que isto; não vimos a esta tribuna representando o povo para pedir, estamos aqui e ficaremos aqui para exigir que este Governo nós respeite e respeite nossas famílias, pelo amor de Deus. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

— (Pausa) — Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho. — (Pausa) — Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sei se por decorrência de notícias que “O Estado de São Paulo”, este paladino da liberdade de imprensa na América Latina, vem abordando assuntos que mais ferem a sensibilidade do eleitor, o problema atinente aos exagerados gastos dos superfuncionários da Administração Pública, vem ocorrendo que a imprensa deu mostras de que, num País onde haja liberdade de imprensa, num País onde os órgãos de divulgação possam usar

da plenitude do direito de informar, naturalmente que um grande serviço presta às Nações livres.

O Brasil depois da edição do Ato Institucional número 5, que surgiu por consequência de um desmando quem sabe, eu me arriscaria a dizer até, provavelmente um desmando da própria administração dos negócios públicos, ou quem sabe por um descuido da administração, culminou com a edição do Ato Institucional, que se convencionou chamar e já se faz voz em vários Parlamentos brasileiros e sobretudo no Congresso Nacional a excrecência jurídica mais aberrante que já se fez, que já se editou neste País, depois dela, desta aberração, outros atos de exceção vieram ferir as conquistas democráticas que desde os tempos da primeira República se buscou assentar neste País. Editou-se o Decreto-Lei 477.

Recentemente, como consequência do Regime de Exceção institucionalmente editado neste País, surgiu também, para impedir o acesso ao conhecimento da informação, sobretudo nas campanhas eleitorais, uma Lei que Agamenon Magalhães, quando era Ministro da Justiça, depois do Estado Novo, com a mesma finalidade buscou o impedimento do acesso dos candidatos aos organismos da informação, que na época existia, apenas o rádio.

Chamou-se aquela Lei, a Lei Malária, por se parecer o Ministro de então, o Ministro da Justiça, parecido com os descendentes da pele amarela do Continente Asiático.

Naquela oportunidade, era parlamentar e hoje Ministro da Justiça, Armando Falcão. E ele mesmo condenou aquela Lei e isto já foi denunciado tanto pela Câmara Federal como por parlamentares de vários Estados, diga-se a bem da verdade e da clareza, por Deputados deste Partido que tem sido no Parlamento e na ação política, o partido que encarna a voz da conquista das liberdades públicas, das franquias democráticas que é o MDB.

E com raras exceções de homens que estão no partido do Governo, mas raríssimas exceções.

Então, nobre Deputado, há liberdade de imprensa que vem engatinhando em vários e vários anos, depois da instituição do regime novo, que surgiu por emergência em 1964. Ora, se se falar em exceção, pela própria acepção da palavra, percebe-se que exceção é um período curto de vigência de determinados atos, de determinadas Leis, de determinados regulamentos, para surtir efeito num período acidental. E veja que no decurso desses 13 anos, tem acontecido até quem sabe, por parte da liberdade de imprensa, da imprensa que tanto tem buscado informar a opinião pública e que tanto tem sofrido o garroteamento e a censura do lápis vermelho, para impedir que a informação seja levada com o sentido de civismo, com o sentido de formação política deste Estado Brasileiro.

E o que nós vemos, Srs. Deputados, recentemente dizia eu “O Estadão” publicara vários desmandos nas administrações, do que se chamou de “superfuncionários”, superfuncionários do governo. E que graças à medida do Chefe da Nação, parece que está buscando coibir os desmandos que se fazem em nome até, do regime que se implantou, para restaurar a consciência na administração dos negócios públicos.

E para surpresa nossa, um Deputado do MDB, que para nossa felicidade do MDB do Paraná, do MDB dos Campos Gerais do MDB de Ponta Grossa, Gomes do Amaral, denunciou na Câmara dos Deputados de Brasília, no calor dos ventos do Palácio do Planalto, quem sabe, se chegou a ouvir que, getons de 13 mil cruzeiros por sessão, e alguns homens da alta administração a que pertencem ao nosso Estado, estavam sendo objeto de manchetes do jornal “O Estado do Paraná”, do dia 08 de agosto. Os membros do Conselho Consultivo da Philips Morris brasileira, têm direito de receber um geton de 13 mil cruzeiros por sessão.

Ignora-se quantas sessões são realizadas por dia.

Para que eu não decline, desta tribuna, os nomes desses

magistrados, ou desses representantes paranaenses na alta administração, para pôr um paradeiro até, ao que a imprensa vem noticiando o que de negro existe nos homens públicos mais antigos deste Estado, eu me permito a liberdade, não o direito, porque o direito quem sabe até eu não teria que omitir, mas a liberdade de deixar, nas entrelinhas, que é preciso, sobretudo no Paraná, onde se fazem tantas demonstrações de civismo, de espírito público e de respeitabilidade à coisa pública, é preciso que todos nós, ausentes do Poder e os que estão no Poder, se conscientizem que a coisa pública pertence ao povo, e não àqueles que detêm determinados cargos elevados que possam manipular com finanças públicas.

É preciso que se respeite o direito do povo!

Porque é do povo que partem as finanças públicas para os cofres e para os erários públicos, para que os benefícios sejam estendidos a quantos prestam serviço, nos rincões mais distantes deste Estado.

Srs. Deputados, venho à tribuna para confessar minha decepção com os homens que estão colocados nos postos mais altos do Estado. Se verdadeiros forem estes fatos, se traduzem a responsabilidade de um Parlamentar que denunciou, e se o "Diário Oficial", estampado na primeira página do jornal "O Estado do Paraná", que, diga-se de passagem, tem sido uma espécie de colaborador de extensão deste direito, deste apregoio de liberdade de imprensa no Paraná, tem prestado esse jornal — e não vai aqui nenhuma bajulação, peço até que não levem em consideração para esse efeito, mas que tem feito, aqui no Paraná, depois de uma questão havida entre o Ministro e o ex-Governador, tem sido esse jornal, realmente, o paladino da liberdade de imprensa no Paraná, para que o povo conheça seus homens, conheça quem está trabalhando para conquista das franquias e da liberdade de imprensa, e de toda sorte de liberdade pública.

O Sr. Deni Schwartz. — V. Exa. permite um aparte: (Assentimento).

Nobre Deputado, no País dos "novos Gregórios" muita coisa nos preocupa. Principalmente, quando se sai à caça dos pequenos e dos não pequenos.

V. Exa. aborda um assunto já focalizado nesta Casa, a Philis Morris.

Sobre esse aspecto de alta indagação moral, há o aspecto muito maior, de muito maior indagação: está o nosso Estado, através do esforço do povo, a financiar uma multinacional para se instalar nesta cidade.

Até aí, a praxe brasileira, pegar dinheiro brasileiro, comprar consciências que se vendem, de brasileiros, para desnacionalizar este País.

Mas, o mais grave, Sr. Deputado, é que o BADEP financiou a Philis Morris para comprar a Santa Cruz, empresa gaúcha que, desta maneira, saiu das mãos brasileiras, com dinheiro brasileiro, para exportar mais lucros.

Vive o Brasil de "novos Gregórios", momentos difíceis. Porque, talvez, ao lado do "lago de lama", porque mar não existe em Brasília, estejamos todos nós equivocados. Pois, temo eu, que atrás desta nossa preocupação da moralidade pública, muito bem abordada pelo "O Estado de São Paulo", em boa hora levantado, esquecemos nós que as empresas privadas brasileiras dominadas pelas multinacionais também corrompem o homem brasileiro e que, talvez, atrás dessa nossa preocupação, deixamos de pensar, no momento, em coisas mais graves. Talvez todo esse movimento esteja a encobrir verdadeiros objetivos, que quem sabe não seja de estatizar este País.

Quantas vezes nesta Casa me segurei para não denunciar coisas paranaenses em empresas estatais, com medo de que tais denúncias viessem a servir aqueles que querem desnacionalizar mais ainda este País.

Quantas vezes deixei de denunciar nesta Casa problemas de sindicatos, com medo de que aqueles que se interessam em

acabar com os reais, os verdadeiros Sindicatos, aproveitassem essa denúncia para acabar totalmente com os Sindicatos.

Temo, Sr. Presidente, que estejamos vivendo momentos perigosos e quem me diz, envolvendo todos nós, inclusive o Presidente da República, que pretendemos moralizar este País, e que talvez estajamos dando argumentos para desnacionalizar nosso País?

Permita-me, nobre Deputado, que transmita minha preocupação, de que causa mais profunda existe atrás dessas recentes denúncias, e na revista que hoje saiu "VEJA", essa minha preocupação quase que se confirma.

Realmente, está se procurando moralizar este País, através de uma eleição livre, mas tenhamos cautela, para não estarmos aqui fazendo jogo daqueles que querem desnacionalizar as empresas estatais do próprio governo, com fito outro qual seja a desnacionalização deste País.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa. e, vim a esta tribuna, nobre Deputado Deni Schwartz, despretenciosamente, buscando uma indagação, procurando uma forma de conscientização conjunta dos homens públicos do Paraná e neste momento em que as coisas são feitas para vir a público, como estão vindo, é evidente que nós, responsáveis pela condução do pensamento político paranaense, temos que tomar uma posição, para que possamos assegurar a autoridade para quem a tem, e busquemos uma forma conciliatória de se dar uma destinação não só justa, mas severa de autoridade, e séria, ao cargo público. É uma preocupação que toca a todos os paranaenses e mais de perto aos parlamentares que são os representantes do povo paranaense.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já concedo o aparte.

Vim a esta tribuna, com a preocupação, aí faço a indagação, de que talvez haja uma distorção de informações já que não se sabe o que ocorre nos intramuros. É, portanto, de se indagar e de se solicitar um esclarecimento.

Na busca da estatização e da privatização da economia nacional é preciso que se esclareça a postura de homens públicos que ocupam altos cargos públicos e que subsidiariamente preenchem cargos executivos ou consultivos de empresas particulares, sobretudo de capital estrangeiro, majoritariamente estrangeiro.

Quem essas pessoas da administração federal ou estadual não estariam ali para coibir determinados abusos? Há neste raciocínio, parece-me, uma discrepância, já que há por parte do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — que tem ligações de parentesco do Presidente com o Ministro de Educação, — empréstimos e composições de Conselhos Consultivos com homens ligados à economia federal. Quem sabe se foi para homenagear os homens do Paraná em altos postos.

Com respeito à nacionalização, quero fazer um parêntesis. Este aspecto da nacionalização, parece-me, Deputado Deni Schwartz, é uma redundância. Foi um erro do chamado modelo econômico brasileiro que apregoa a economia de mercado, que busca capital externo e que importa dólares atrabiliariamente para injetar, para estimular o crescimento econômico e os fatores econômicos da nossa economia nacional.

Tenho as minhas dúvidas porque deitoam, de um ponto em diante, na encruzilhada de nossas divergências de ordem filosófica e me distancio deste pensamento que o Governo procura alicerçar há doze anos neste País.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado Fidelcino Tolentino, inicialmente devo dizer que li as declarações do Deputado Gomes do Amaral feitas da tribuna da Câmara Federal e posteriormente li a nota oficial do Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Carlos Riechbiter, posicionando-se diante do episódio.

Estranho, todavia, eminente Deputado, que V. Exa. comente o assunto sem haver perquirido a validade de haver o BADEP, o nosso Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná subscrito 60 milhões de cruzeiros de ações da Companhia Philips Morris, hoje instalada na Cidade Industrial de Curitiba.

Inicialmente, deveríamos considerar, eminente Deputado, que há um esforço muito grande não só do Governo do Estado do Paraná, mas de todo o Paraná, do brasileiro que mora no Paraná, não só da indústria como do comércio, que o Governo se atrele a este pensamento. Está, portanto, na hora do Paraná emergir da condição de Estado meramente agrícola, para um Estado que tenha um mínimo de condição para a industrialização de seus produtos.

Até hoje não ouvi de ninguém da Oposição críticas ao fato de haver o BADEP subscrito ações no valor de 60 milhões possibilitando, assim, ao Paraná, a instalação de uma indústria que gerando ICM, que está gerando IPI e que proporcionou a mão-de-obra para centenas de pessoas, que está fazendo com que no Paraná se expanda a cultura do fumo, que se financiem a semente, a colheita, que se financiem as estufas, que se dê fim à mão-de-obra para uma agricultura em determinada região deste Estado, empobrecida em função da sua terra já exaurida.

Não vi críticas ao procedimento do BADEP, porque não seria este um caso único, agora ainda o BADEP está lutando para que o CDE aprove um projeto de grande importância para que se instale em Curitiba, por exemplo, a indústria que visa fabricar aqui caminhões pesados, para a lavoura. Eu mesmo tive oportunidade de me inteirar deste assunto.

Amanhã poderá vir a Oposição criticar o esforço do BADEP, do Governo do Estado, por estar gerenciando com uma empresa internacional que, se instalava aqui, vai gerar divisas, vai nos oferecer maiores possibilidades de arrecadação de IPI, vai dar mão-de-obra, vai possibilitar a expansão industrial do Estado do Paraná. No caso das nomeações de três paranaenses como membros do Conselho Consultivo daquela empresa, não vejo onde, eminente Deputado, se possa responsabilizar ou se pretenda responsabilizar o Governo do Estado ou o Poder Público quando estes membros foram eleitos por quem detém o controle acionário que é exatamente uma empresa de capital privado, nada de público.

Como foram escolhidos estes homens? Um deles, que declara que, eleito, não recebeu um tostão de jeton, jamais recebeu e não vai receber enquanto ocupar cargo público, não vejo com toda a honestidade, eminente Deputado, que se queira fazer disto um "cavalo de batalha", quando se sabe que o Diário Oficial de abril de 75 publicou o Ato e, que, somente agora, um ano e meio depois, numa ante-véspera de eleição se esteja fazendo exatamente disto um "cavalo de batalha", pretendendo dar a conotação eminentemente política ao povo que não entende que o Governo não tem nada com empresa privada, que o Governo fez um esforço até sobrehumano para que esta firma viesse para o Paraná, como veio para o Paraná. Está servindo aos interesses econômicos do Estado do Paraná.

Está dando empregos, está gerando ICM, está gerando IPI e é uma grande organização que está aqui e que tantos outros Governadores de tantos outros Estados, desejariam que estivesse nos outros Estados.

Apelaria a V. Exa. que fizesse coro conosco quando pedimos, quando lutamos, quando gestionamos para que o capital venha para o Paraná, para industrializar este Estado, não interessando se este capital é de dentro das nossas fronteiras estaduais ou nacionais, ou fora delas. Desde que nos possibilite a sairmos desta condição de Estado meramente de produtor de cereais, para o Estado industrializado.

Era o apelo que faria a V. Exa. para que na crítica que V. Exa. faz, procurasse separar o que é uma empresa pública e o que é uma empresa privada e que dissesse se no entendi-

mento de V. Exa., o BADEP fez um mau negócio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet) — Esta Presidência comunica o nobre orador que está na tribuna, que esgotou o seu prazo e concede mais dois minutos para conclusão de sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluirei, Sr. Presidente.

Prossigo. Deputado, Líder do Governo, me pareceu que V. Exa. não entendeu bem a minha vinda à tribuna, porque eu abordei estes aspectos sob o ponto de vista de liberdade de imprensa e sob o ponto de vista da autoridade. Foram estas as indagações. E no campo da conquista, de grandes empresas ou de empresas para aumentar o parque industrial paranaense, naturalmente que é uma vocação de todos os parlamentares.

Ocorre que da forma com que a imprensa publicou, vai gerar interpretações que alcançarão determinadas pessoas, e V. Exa. se recorda que eu fiz questão de não abordar nomes de pessoas — alcança nomes de pessoas da administração pública do Paraná, e as notícias, sobretudo as notícias que vêm dar um colorido escuro aos homens públicos do Paraná, transcendem as nossas fronteiras e alcançam informações em todos os outros Estados e até no Exterior, sobre o comportamento do homem público paranaense. E não vi na imprensa, nenhuma declaração contestatória ou elucidativa, que não a do Sr. Carlos Riechbieter, como disse V. Exa., esclarecendo esse ponto. Somente veio confirmar que realmente faz parte.

Outro aspecto, o aspecto da privatização ou da estatização que V. Exa. quer a nossa definição, isso remonta a problema de ordem filosófica e eu não teria tempo. Já está esgotado o meu tempo, mas eu diria a V. Exa., por exemplo: o BADEP — os empréstimos concedidos a quantas empresas particulares para industrialização. A grande parte das empresas que recebeu — e eu tenho empresa de minha relação que recebeu empréstimo do BADEP, que não tem condições de pagar as correções e o alto custo do dinheiro emprestado. Logo, foge à sua finalidade precípua, que é dar condições, inclusive, de capital de giro, ou desafogar, desobstruir o capital de giro que os empréstimos teriam para movimento dos negócios industriais.

As ações preferenciais adquiridas pelo Banco nessa empresa Philips Morris, não lhe dá condição de votar nas assembleias.

O SR. EDILSON ALENCAR — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, Sr. Deputado, tem essa indagação que se faz...

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Concedo a palavra para Questão de Ordem ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Gostaria de consultar à Mesa que, nós, como representantes, nesta oportunidade, da Liderança da Oposição, perguntaríamos ao nobre Deputado, com a aquiescência de V. S., se ele gostaria de usar dos 15 minutos que competem à Liderança do MDB; caso queira que faça uso dos 15 minutos a que nós temos direito.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Sobre a questão de Ordem, a Mesa consulta o Deputado Fidelcino Tolentino que usa da tribuna, se quer fazer uso do restante dos minutos que tem direito a Liderança do MDB nesta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, indago a V. Exa. se, não fazendo uso de todo esse tempo, se ele seria reconsiderado para que a Liderança do meu partido pudesse usá-lo até o prazo limite.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Não é possível Sr. Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então, Sr. Presidente, quero concluir e deixar para a Liderança fazer uso.

Sr. Deputado Ivo Thomazoni, prosseguindo, para concluir. A instalação de indústria automobilística no País, tem sido desastrosa, porque, primeiro, deveríamos instalar outra espécie de

indústria. Não é que eu seja contra a indústria, muito pelo contrário. Até sou um dos defensores da industrialização nacional e, quando se busca capital estrangeiro para industrialização neste País, o que mais temos defendido é que haja uma qualificação, uma especialidade, uma aquisição de "know-how" brasileiro, para que os próprios brasileiros no prosseguimento da tecnização de mão-de-obra, possam se tornar auto-suficientes e instalar aqui neste País, que é um dos maiores territórios pátrios deste globo terrestre, para daqui, naturalmente, surgirem grandes empreendimentos, partindo inclusive como subsidiárias para exploração em outros países, como fazem as multinacionais na nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Consultaria à Liderança do MDB, se quer fazer uso dos 15 minutos que lhe são reservados. Tendo declinado, concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, questão de Ordem. O nobre Deputado havia solicitado um aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). V. Exa. já encerrou seu expediente por duas vezes, e a Mesa não tem mais condições de tempo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Não era nosso propósito ocuparmos este microfone, nesta sessão. Todavia, os assuntos aqui focalizados pelos eminentes Srs. Deputados do MDB, me trazem à tribuna para posicionar o Governo do Estado do Paraná diante das controversas opiniões hoje expedidas acerca da validade de lutarmos, todos, para que o Paraná atinja aquela condição de Estado industrializado; e, quando há poucos minutos S. Exa. criticava o comportamento do nosso Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, em haver gerenciado, lutado e participado com capital nosso, paranaense, para que na Cidade Industrial de Curitiba tivéssemos instalada uma indústria de grande porte e que a curto prazo está ressarcindo o Estado daquilo que o Estado aplicou, porque o que está gerando na arrecadação de ICM e na participação do Estado junto à União, fruto da arrecadação do Imposto de Produtos Industrializados e, ainda, recebendo, dividendos mínimos de 12 por cento ao ano, do investimento que fez. Hoje, o BADEP luta, para que a Cidade Industrial de Curitiba abrigue uma outra indústria de grande porte, com controle acionário brasileiro, com investimento inicial de quinhentos e trinta milhões de cruzeiros, com uma ocupação de mão-de-obra dos setores que vão desde a produção, controle de qualidade, material e administração geral, em mais de 937 pessoas em empregos diretos, para fabricação, aqui, de caminhões pesados, marca Volvo. Nós nos perguntamos: Se o Governo, vítima de críticas sempre prontas da Oposição, está agindo corretamente, quando, no projeto que visa a instalação desta indústria, nos anos que irão de 1978 a 1987, prevê uma fabricação e venda, no mercado interno, por exemplo, de mais de trinta e quatro mil e trezentos e cinco unidades, um percentual de 72,22 por cento desta produção. Mas se destina dentro deste projeto e já com países prontos para adquirirem o material aqui fabricado para exportar dentro deste período, nada menos do que 13.195 unidades, um percentual superior a 27,78 por cento desta produção, gerando portanto, divisas para este País. Mas, acima de tudo, um programa de produção horizontal, com a participação da indústria nacional existente no setor de auto-peças, viria possibilitar aqui a instalação de dezenas de indústrias paralelas para a fabricação de auto-peças, de implementos, de acessórios, com empregos para milhares de pessoas em indústrias eminentemente brasileiras.

Se neste programa, que é um programa de nacionalização, com participação brasileira em 78, em 73 por cento do capital; em 79 com 85 por cento de componentes naci-

onais; em 89 por cento em 1980, para atingirmos 93 por cento em 1981.

Se estamos numa programação de exportação com compromissos já firmados pela BEFIEX, de 350 milhões de dólares em dez anos, o crescimento anual previsto, de acordo com o projeto, facilmente poderá ser executado, se porventura essa indústria aqui se instalar e se for buscar nos meios paranaenses o que de melhor temos de técnicos, de homens que na economia se aprimoraram para poderem dar seus conhecimentos em favor destas indústrias; e se assim procederem as empresas de capital privado, o Governo está sujeito a críticas e tendo até que solicitar a estes homens que declinem da honra de participarem do Conselho de uma indústria de capital privado, então nós não sabemos para onde deseja a eminente bancada, a ilustrada e dinâmica e combatente e combativa bancada do MDB, para onde deseja que o Governo se volte, quando numa economia eminentemente agrícola o Estado perde até 70 por cento do que é seu, do que gera em economia porque sai daqui, porque aqui não fica nada, porque exaure a terra que produz para vender; quando não se dá mais mão-de-obra, quando se mecaniza uma lavoura, quando o Governo procura a forma de pela industrialização possibilitar numa política séria do Governo Federal, a preparação de mão-de-obra do campo para indústrias. Quando se pretende dentro de um plano sério do Governo, fazer com que o Paraná erga sua cabeça, para evitar que os 80 por cento dos projetos sérios de industrialização fornecidos pelo CDE, nos últimos anos, que ficaram entre o eixo Rio-São Paulo, possam vir para o Paraná.

Mas, ao invés de podermos contar com uma palavra vibrante, cívica dos nossos eminentes Deputados do MDB, o que nós estamos a assistir, é que se faça aqui coro à maneira fácil de criticar o Governo nacional.

Quando homens paranaenses foram convidados para participar de um Conselho de uma Entidade Privada, para que se procure fazer crer a opinião pública de que existe ali uma negociata governamental, quando nós sabemos que ela não existe; quando nós sabemos que foi necessário o BADEP participar do investimento daquela indústria para que ela viesse para o Paraná, quando outros Estados estavam desejando atraí-la para dentro das suas fronteiras. Ninguém vem a esta tribuna para falar do significado deste trabalho paranista, grandioso em termos do desenvolvimento e do crescimento da nossa economia.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, talvez é uma das primeiras vezes que nos entendemos. Não quer a bancada do MDB, e mesmo não tenho procuração para falar em nome da Liderança, falo por mim. O MDB partilha das preocupações do Governo Estadual e o elogia, quando vai buscar em qualquer lugar, em qualquer parte do mundo, indústrias para o Paraná. O que não concorda o MDB, é com a política suicida do Governo Federal. Recentemente temos as críticas, agora a serem levantadas pelo Governo de Minas Gerais, por ter levado para lá a FIAT. Estamos neste País, numa verdadeira guerra fiscal, termo este usado inclusive pelo Presidente da Caixa Econômica, no seu desmentido: "que o Paraná para entrar na guerra fiscal, resolveu através de financiamento, procurar trazer indústrias para cá".

Se estivéssemos no Governo, nobre Líder, provavelmente adotariamos também a mesma maneira para trazermos indústrias para cá. É louvável o esforço que o Governo do Estado faz, para trazer estas indústrias.

Mas o MDB tem uma posição firmada na maneira de trazer indústrias para o Brasil, e esta guerra fiscal nos Estados, é que nós estamos em desacordo; estamos quase com uma guerrilha entre dois municípios que querem uma comarca. Um a

oferecer a casa para o Juiz, o outro a oferecer as melhores instalações para a comarca. Assim estamos nós, a brigar entre irmãos, por falta de uma direção econômica nesta País, por falta de descentralização na economia deste País. E fica o Governo de Minas Gerais para ter o orgulho, e ter impostos é verdade, ter condições a financiar uma multinacional que foi a FIAT.

Ficamos nós, e está aí V. Exa. a afirmar que, em 1981, 93 por cento seria nacionalizado a VOLVO. É nacionalizada a mão-de-obra, é nacionalizada a matéria prima, 93 por cento nacionalizada. Mas o que nacionalizada, a mão-de-obra, a matéria prima, mas não se nacionaliza com os grupos; e aí a nossa divergência, com que os grupos continuem para fora. V. Exa. citou um lugar, em que um estudo se prevê cerca de 13 mil unidades a serem exportadas. Mas se a matriz da VOLVO fizer o que fez a Volkswagen há cerca de 15 dias, que proibiu ao governo brasileiro, a Volkswagen do Brasil, de exportar 14 mil unidades para a Nigéria, o que que nós faremos? E hoje patriotas do vosso partido estão a levantar suas vozes contra a orientação da matriz da Volkswagen, que proibiu, à sua filial, exportar Volkswagen para a Nigéria. Se amanhã a VOLVO fizer isso? É porisso que nós estamos não a contestar a validade do esforço dinâmico do Governo do Estado do Paraná para trazer para cá, indústrias. Estamos, a protestar, é a mania de se fazer economia neste País!

Centralize-se o eixo Rio-São Paulo...

O SR. IVO THOMAZONI — Com permissão, nobre Deputado.

Só para que V. Exa. tenha a idéia da grandiosidade deste investimento.

Inicialmente, podemos dizer que a VOLVO instalada no Paraná, ela, fatalmente, em função do que já consta do projeto, invadiria mercado que hoje é invadido pela VOLVO da Suécia. É o caso da própria Nigéria e de outros países, e perfeitamente dentro de um esquema de viabilidade econômica e comercial.

Veja V. Exa., eminente Deputado, haveria uma receita tributária líquida da ordem, só de ICM, para o Estado do Paraná, superior a 846.919 milhões de cruzeiros, dentro desse período de dez anos; não se falando em IPI, na ordem de 111 milhões de cruzeiros e o Imposto de Renda que alcançaria um bilhão, 58 mil e 162 cruzeiros!

Há nisso tudo, eminente Deputado, dentro do quadro de exportação desses produtos, inclusive na balança comercial, em dólares, uma cifra que nos deixa — acima de paranaenses, como brasileiros — numa condição de lutarmos todos para que se viabilize a possibilidade dessa contribuição estadual, em termos de conquista de uma indústria dessa ordem.

Depois, inclusive, passarei às mãos de V. Exa. a forma como foi efetuado esse contrato, as ações ordinárias, preferenciais, intransferíveis; nominais transferíveis a brasileiros, dando o quadro da participação percentual, para provar a V. Exa. que o controle acionário ainda seria brasileiro.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. pode ter certeza que, como paranaense, também estaremos ao lado de V. Exa., para trazer essa, ou outra indústria para o Estado do Paraná. Só ressalvando que não estamos a concordar com o Governo Central, com os homens que fazem a política econômica deste País, que obrigam a Estados, como Minas Gerais, brigarem entre si para conquistarem indústrias como a Volvo.

V. Exa. e todo o Estado do Paraná, terá o apoio integral de nossa bancada, de todos os homens que formam o MDB, neste Estado, para que sejam implantadas indústrias aqui. Mas, isso não nos impede de dizer que não concordamos com a política econômica nacional que faz com que Estados briguem entre si para conquistarem indústrias; que faz com que Prefeituras do Interior, fiquem a brigar para conquistarem indústrias, esquecendo-se que o importante é o Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — Daí o cuidado, nobre Deputado, que o Governo está tendo para que a economia nacional esteja preservada de alguns riscos.

Nesse projeto não há pagamento, ou gastos com "royalties", patentes, ou assistência técnica de "know-how".

E isso eu considero o ponto fundamental do projeto que já foi analisado, aprovado, dependendo tão somente da concessão do direito pelo CDE.

Quanto aos outros pontos, diriam alguns, que há, no Brasil, uma produção relativamente alta de caminhões pesados para o transporte. Todavia, deveríamos afirmar que o projeto "Volvo" representaria, ao final, um acréscimo na oferta de caminhões, não superior a 7 por cento da produção de caminhões, verificada em 75. Todavia, a categoria que se pretende aqui, seria equivalente à duplicação da oferta atual.

E algumas outras considerações. Todos sabem que este País tem dimensões continentais; nossa frota de caminhões, temos que afirmar isso porque é uma verdade e não vai nisso nenhum "capitis diminutio" a ninguém, tem uma estrutura distorcida e é antieconômica. Se este País estivesse cortado de rodovias e tivessem condições de navegabilidade os nossos grandes rios, divisando aquele projeto que há alguns anos está em condições ainda de análise econômica para sua implantação, os gastos também seriam fenomenais, entretanto, ainda poderíamos nos dar ao luxo...

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Comunico a V.

Exa. que lhe restam dois minutos para o término de seu pronunciamento.

O SR. IVO THOMAZONI — Vou encerrar, Sr. Presidente. mas queria dizer que o Estado do Paraná fugiu, neste projeto, de uma técnica anteriormente usada por alguns Estados para atrair essas indústrias, com o oferecimento de vantagens e incentivos fiscais. Neste caso, no projeto da Volvo, não conta com nenhum favor fiscal ou equivalente do Governo do Estado do Paraná.

São pontos que desejei alinhar para que, no futuro, se conseguirmos essa conquista, porque perdemos a oportunidade de instalar aqui o Polo Petroquímico, muito embora estejamos na cidade industrial com uma fábrica de amônio e uréia, que está merecendo investir aplicação de capital que vai acima de 1/3 do total que se pretendia investir na instalação do 3º Polo Petroquímico...

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Justamente para colaborar com o Deputado Ivo Thomazoni, lembro-me aqui da polêmica com o método instituído pelo Governo Federal, polêmica entre as unidades da Federação, que trouxe para nosso Estado, mesmo perdendo o Polo Petroquímico, trouxe para cá, mais de 1/3 do que representa o Polo Petroquímico, através do aproveitamento de amônio e uréia, porque pelo relatório que foi apresentado, houve por bem o Governo Federal, atender o Paraná na competição com Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Então, neste método, e até discordando do Deputado Deni Schwartz, neste método o Governo Federal tem trazido benefícios, porque dados pessoais de natureza técnica têm sido levados ao Governo Federal e têm repercutido em benefício das unidades que participam do projeto. Ainda mais no caso da Volvo, onde somente a mão-de-obra seria já uma retenção de dinheiro para o Estado. Somente com o aproveitamento da mão-de-obra, já é um desenvolvimento notório.

Colaborando com o Deputado Ivo Thomazoni, com isso o Governo Federal trouxe mais de quinhentos milhões de cruzeiros que serão investidos no Paraná, quando praticamente, eu que acompanhei o Presidente da Comissão de Instalação do Polo Petroquímico, como um reconhecimento aos técnicos paranaenses, pelo capricho e pela luta que tivemos para que viesse o Polo Petroquímico para o Paraná, esses dados eram desconhecidos

anteriormente; então, esta competição das unidades federativas, despertou o Governo Federal para a necessidade de um atendimento ao Paraná e para cá veio dinheiro recente, de empréstimo do governo americano, mais de quinhentos milhões de cruzeiros, para aproveitamento da uréia e amônio, para adubos para nosso Estado.

O Sr. Fidélino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente para dizer a V. Exa. que, em nenhum momento, discordei do empenho do Governo, que de resto é de todos nós, para a industrialização do Estado do Paraná.

O que discordo é da forma com que o Governo Federal traz esse capital estrangeiro, dando-lhe uma proteção demasiada; discordo também da federalização que se instala neste País, subtraindo à economia dos Estados e dos Municípios. Em última análise, o problema filosófico é este.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, encerrando gostaria de dizer que não focalizaria, na condição de Líder da bancada, este assunto nesta tribuna, não fosse o fato de que o projeto foi analisado e aprovado pelo Planejamento de Finanças do Ministério da Indústria e Comércio e, o que é mais importante ressaltar, foi aprovado por unanimidade pelos membros daquele Conselho. Todas as etapas foram cumpridas e todos os requisitos legais foram atendidos. O que falta agora para a aprovação final do projeto é tão somente a palavra final do CDE — Conselho de Desenvolvimento Econômico deste País.

Acreditamos, por ser este o projeto de grande porte que está pronto para ser implantado no Paraná, que desta feita os organismos, que têm a responsabilidade de falar sobre o assunto, permitam ao Estado que se consolide a sua pretensão de entrar na era do Estado que está se industrializando.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 66/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 116/76, mensagem número 37/76, do Poder Executivo, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias da Saúde e Bem-Estar Social e do Interior, com o município de Paranavaí, objetivando construção de prédio destinado ao Centro de Saúde, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 67/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 20/76, mensagem número 154/76, do Poder Executivo, que fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Guaraqueçaba, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barbosa Pinto, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 106/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 162/75, Mensagem 44/75, do Poder Executivo, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública e o município de Maringá, objetivando o cumprimento de dispositivos

do Código Nacional de Trânsito, na área do aludido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 106/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 18 de julho de 1973, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública e o município de Maringá, objetivando o cumprimento de dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do aludido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 162/75

A presente proposição 162/75, oriunda de Mensagem Governamental número 44/75, tem por objetivo aprovar o convênio celebrado entre o Estado através do Departamento de Trânsito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Município de Maringá, visando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do aludido município.

Constitucionalmente, é de competência do Chefe do Poder Executivo a celebração de convênio, ad referendum deste Poder Legislativo.

Devidamente informada, a Proposição está em condições de merecer o referendo desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 32/76, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do município da Lapa, uma circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul. Pareceres favoráveis da CCJ, e CP, por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 32/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição além do município sede, nos de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto, e São Mateus do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

A medida consubstanciada neste plano de lei, constitui justa reivindicação da comunidade lapeana, que, assim, não mais se verá na contingência de ter que se defrontar com uma série de dificuldades e, mesmo, prejuízos de ordem financeira, como ocorre presentemente, para poder cumprir com suas obrigações relativamente ao serviço de trânsito. Daí esperarmos

mereça este nosso projeto o acolhimento e a aprovação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 32/76

O Projeto de Lei número 32/76, de autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, visa autorizar o Poder Executivo a criar na sede do município da Lapa, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios de Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul.

Embora as intenções do seu autor e a justificativa apresentada demonstrem a sua oportunidade, constitucionalmente, tal medida carece do amparo legal, uma vez que os artigos 25 e 35 da Constituição Estadual, vedam que projetos de Lei que criem ou aumentem a despesa pública sejam de iniciativa que não do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, o nosso parecer é **contrário** ao Projeto de Lei número 32/76, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua **rejeição**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei nº 32/76

1 — Visa o presente plano de Lei, a criação de uma Circunscrição de Trânsito no município de Lapa com jurisdição nos municípios de Contenda, Campo do Tenente, Rio Negro, Antônio Olinto e São Mateus do Sul, além do próprio município da Lapa.

2 — No que diz respeito a esta Comissão não vemos nenhum motivo a obstaculizar o Projeto.

3 — Isto posto, o nosso Parecer é pela **Aprovação**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 1976.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

ROSÁRIO PITELLI — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Salvador Hidalgo Greco. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei números 82/75, 119/75 e 204/76. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro Ney Braga, Senadores Accioly Filho, Mattos Leão e Leite Chaves, bem como aos Srs. Deputados Federais paranaenses da ARENA e MDB, dando-lhe ciência da notícia divulgada a respeito de representação apresentada ao STF, visando declarar a inconstitucionalidade do inciso II do artigo 70 da Constituição Estadual. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que informe sobre a exata situação do projeto da estrada asfáltica que deverá unir Campo Mourão-Goioerê-BR 272. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências para a segurança dos candidatos a Prefeito e Vereadores, da cidade de Janiópolis. — **APROVADO**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja dirigido ao Povo do

Paraná, apelo pela maior proteção aos recursos naturais renováveis no Estado. — **APROVADO**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 67/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução número 106/76 e de Lei número 32/76.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 68/76.

Marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 10, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 64/76.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 513/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6593, de 22 de julho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula número 594, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Chefe da Seção de Documentação Histórica, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, no período compreendido entre 02 a 31 de agosto de 1976, em virtude do afastamento do Titular.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03/08/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 449/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6747, de 02 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a OSVALDO ALENCAR FURTADO, ocupante do cargo de símbolo 1-C, de Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 01 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 450/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6731, de 30 de julho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a IZABEL SANTO ALAYA LAMAU, matrícula número 533, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de

Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quarenta (40) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 01 de julho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 451/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6748, de 02 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula número 344, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 03 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 452/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6638, de 27 de julho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário GILBERTO LAMPARELLI SILVA, matrícula número 178, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 456/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3550, de 05 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar a Portaria número 202/76, de 28 de abril de 1976, na parte que se refere a designação do funcionário adido LUIZ GABRIEL POPLADE CERCAL, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto; e,

II - designar o funcionário GREGÓRIO HONCZARINK, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 457/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6634, de 27 de julho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, JURACY MANSANI, ocupante do cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Domício Scaramella, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 03 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 458/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2723, de 08 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar a funcionária NIZE TRISTÃO PIETRANGELO, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento sobre seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 459/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6919, de 05 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela portaria número 01/76, de 05 de janeiro de 1976, à funcionária MARIA ARANTES DE LIMA, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 460/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6922, de 05 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula número 207, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 06 de agosto de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de agosto de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral